



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA

Filiada na Coordenadora Europeia Via Campesina

***Parecer da CNA para a consulta pública sobre a
“Proposta de Estratégia Nacional de
Adaptação às Alterações Climáticas em Portugal”***

- Agricultura e Florestas -

I - Introdução

Até agora, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) tem servido mais para abrir novas e muito lucrativas oportunidades de negócios para as multinacionais e outras grandes empresas, através de grandes investimentos públicos na chamada "economia verde", do que para reduzir eficazmente as emissões de carbono.

Esta perversão do sistema também contribui para agravar outros problemas como sejam o do acesso das populações aos recursos naturais, incluindo à terra, e à agricultura/alimentação.

O exemplo mais flagrante é o dos agrocombustíveis que, sem ainda estar provada a sua real mais-valia na redução das emissões à escala planetária, tem servido para agravar a destruição de variadíssimos ecossistemas, para provocar uma corrida à aquisição de terras, por parte de grandes empresas, à escala mundial (principalmente nos países “em vias de desenvolvimento”) e para aumentar a especulação com os preços dos alimentos com consequências dramáticas ao nível do seu acesso por toda a Humanidade.

Salienta-se que a corrida a determinados agrocombustíveis, sobretudo àqueles que se obtêm através do milho, também contribui para a actual escassez (crise alimentar) de alimentos para humanos e animais em vastas regiões do Planeta.

Por outro lado, existe uma omissão grave no seio deste debate e que está relacionada com o impacto dos acordos de livre comércio no aumento do consumo energético e de emissão dos gases com efeito de estufa, à escala global.

De facto, o actual modelo de desenvolvimento económico mundial, assente na eliminação das barreiras aduaneiras/comerciais, tem servido para deslocalizar a produção e o consumo para além de destruir as produções de pequena dimensão e os circuitos directos de comercialização.

Por exemplo, hoje, grande parte dos alimentos e de tudo que consumimos de uma maneira geral percorre centenas ou milhares de quilómetros, com gastos elevados de energia e de libertação de CO₂, enquanto ficam por escoar, grande parte das vezes, as produções locais. É outra perversão do sistema.

II - Medidas de Combate às Alterações Climáticas na Perspectiva do Sector Agrícola

A CNA reitera que uma das principais políticas de combate às alterações climáticas deveria assentar na re-localização do consumo e da produção, principalmente do consumo e da produção alimentares, enquanto medida essencial para alcançar a tão falada “eficiência energética”.

Por outro lado, e ainda ao nível das medidas de combate às alterações climáticas, deveriam ser aumentados e diversificados os incentivos para apoio ao investimento em energias alternativas nas explorações agrícolas, nomeadamente para aproveitamento de bio-gás, energia solar e eólica.

III - Medidas de Mitigação/Adaptação às Alterações Climáticas na Perspectiva do Sector Agrícola

A actividade agrícola é das actividades mais expostas e que mais irá sofrer com o agravamento das alterações climáticas, desde logo porque, em geral, é realizada ao ar livre sem protecção perante as intempéries.

Este agravamento do risco na actividade agrícola motivado pelo aumento das situações climáticas extremas, deve levar a que existam seguros públicos à actividade agrícola, muito diferentes daqueles que actualmente existem e que apenas garantem o mais improvável de acontecer, apesar do dinheiro despendido anualmente, quer pelo Estado quer pelos Agricultores.

Estes seguros deverão cobrir os prejuízos com a perda das produções mas também devem repor o potencial produtivo das explorações no caso de terem sido afectadas infra-estruturas (ex: estufas) ou mesmo culturas permanentes que sejam afectadas na sua produtividade para os anos seguintes.

Por outro lado, em Portugal, a Agricultura vive ainda muito da cadência das chuvas pelo que, mais do que noutros sectores, a regularidade da pluviosidade é importantíssima. Tal irá colidir com a realidade que se perspectiva de uma época de chuvas mais curta, embora caracterizada por pluviosidade mais intensa.

A questão da falta de estruturas que possibilitem uma melhor distribuição, gestão e uso eficiente do recurso água, é de facto uma debilidade da Agricultura Portuguesa. Assim, ainda existe muito a fazer ao nível da adaptação à nova realidade climática, no sentido de dotar a Agricultura com uma maior capacidade de aproveitamento dos recursos hídricos existentes e, ao mesmo tempo, de um uso mais eficiente e sustentável da água de forma a também por aí diminuir custos de produção.

Aliás, contraditoriamente, é neste contexto de dificuldades gerais e de perda de rendimentos da actividade agrícola, que se está a fazer aumentar bastante o preço da água para rega (e para consumo doméstico).

Acresce ainda a dificuldade, se não impossibilidade, de se adaptarem os ciclos das culturas e as próprias práticas culturais à inconstância do clima, bem como a possibilidade de agravamento da proliferação de pragas e doenças, aspectos que deverão ser tidos em conta por parte do Estado no sentido de um maior esforço no apoio à investigação, aconselhamento técnico e sistemas de aviso e profilaxia.

IV - AO NÍVEL DA FLORESTA

Ao nível florestal e no entender da CNA, a grande extensão e violência dos Incêndios Florestais que se têm registado em Portugal

nos últimos anos, deve-se, em primeiro lugar, à ruína da Agricultura Familiar e ao conseqüente abandono do “uso múltiplo” da Floresta.

Em segundo lugar, deve-se a uma estratégia florestal com objectivos económicos (economicistas) imediatos e que tem apostado tudo na monocultura de espécies de crescimento rápido, desprezando os objectivos de natureza social, ambiental e paisagístico e, só depois e em terceiro lugar, se deve às alterações climáticas.

A CNA considera que numa perspectiva Mitigação/Adaptação da Floresta nacional à nova realidade climática, a Estratégia Nacional para as Florestas deverá ser alterada de forma a que:

- Se promova as espécies que constituam uma mais-valia na preservação dos recursos estratégicos água, solo e biodiversidade e não o contrário;

- Se promova uma floresta, planificada onde se saiba, a quem pertence o quê, que constitua um aliado natural no combate ao aumento exponencial dos riscos de incêndios, objectivo só possível com a materialização do Cadastro Florestal;

- Que reponha a médio/longo prazo, o equilíbrio entre espécies de crescimento rápido e espécies de crescimento lento, promovendo as espécies autóctones em detrimento das importadas como o eucalipto e o pinheiro bravo;

- Que sujeite todo e qualquer apoio público ao sector florestal a critérios e fórmulas de distribuição que privilegiem objectivos sociais, ambientais e paisagísticos, nomeadamente, que privilegie os pequenos e médios produtores, os Baldios, as áreas ardidas e/ou em processo de erosão, o plantio de espécies arbóreas resistentes ao fogo.

- Por último, e ainda em relação às medidas de adaptação e mitigação dos impactos das alterações climáticas, dar dois exemplos da falta de transversabilidade desta preocupação em algumas políticas e estratégias actuais que vão surgindo e caminhando exactamente em sentido contrário, agravando os possíveis impactos da nova realidade climática, nomeadamente sobre o recurso água e solo:

- a) - O primeiro exemplo prende-se com a alteração ao Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN) que veio “abrir as portas” desta reserva à produção florestal intensiva, como é o caso do eucalipto e que, comprovadamente e ao contrário do que diz o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 73/2009, trata-se de uma produção/actividade passível de degradar os solos, podendo afectar

irreversivelmente o seu uso, para além de ter impactos igualmente negativos sobre o recurso água.

b) - O segundo exemplo tem a ver com a estratégia/promoção de instalação de olivais denominados de super-intensivos numa das zonas de Portugal com maiores riscos de desertificação e que é o Alentejo. Estes olivais super-intensivos, para além de colocarem em causa o futuro dos solos onde estão a ser instalados e de serem fortes consumidores de água, estão a colocar em causa o futuro dos olivais tradicionais que estão perfeitamente adaptados às realidades edafoclimáticas, de exploração ambientalmente sustentável e com benefícios ao nível da redução do risco de desertificação.

V - O ACTUAL PDR – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL TAMBÉM INCORRE NO MEMO TIPO DE ERRO ESTRATÉGICO

De facto, o actual PDR, Programa de Desenvolvimento Rural, (2007 – 2013) voltado prioritariamente para a alegada “competitividade”, esqueceu os sistemas tradicionais extensivos muitos deles referenciados pela OCDE como sendo fundamentais ao nível da preservação do solo, água e biodiversidade. Portanto, mais um erro “crónico” do sistema e com múltiplas e gravosas consequências.

28 de Agosto de 2009

A Direcção Nacional da CNA

Nota: - o essencial deste “parecer” já foi enviado pela CNA a 27 de Maio, 2009, aquando da discussão das “Bases para a Elaboração da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas em Portugal”.

Portanto, que se não diga que não aparecem “alternativas” às más opções do Governo também nesta matéria...